

RURALISMO E PRÁTICAS COTIDIANAS NA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL RURAL DO BRASIL: A ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE – CE (1934 – 1946)

Antonio Germano Magalhães Junior - UECE¹

Isabel Maria Sabino de Farias - UECE²

3 - Cultura e práticas escolares

Quando pretendemos realizar o ofício de historiar, muitas vezes somos levados a relatar a origem dos acontecimentos, ou seja, como tudo começou. Não é nossa intenção fazer este percurso, até porque acreditamos que saber como tudo se iniciou não garante compreensão e interpretação do que aconteceu posteriormente. Acreditamos que o ato de historiar se constitui como a feitura de uma teia tridimensional na qual tudo está junto, sendo difícil ver os fatos separadamente.

É este entendimento que vem norteando a investigação que estamos realizando³ acerca Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, instituição pioneira no Brasil na construção de um modelo próprio de formação de docentes para o campo. Este estudo toma os anos de 1934 a 1946 como demarcação temporal de análise, por ser este período referente aos primeiros anos de funcionamento desta escola, inaugurada em 1934 no município cearense de Juazeiro do Norte. O ano de 1946 apresenta-se como marco limite por se tratar do momento em que é instituída a Lei Orgânica do Ensino Normal, ocorrendo mudanças na estrutura curricular na referida escola.

As reflexões sistematizadas no presente ensaio destacam as coisas do cotidiano como fontes que permitem compreender as relações humanas no tempo e no espaço que queremos historiar. De modo mais específico, nosso interesse recai sobre as práticas ruralistas vivenciadas no cotidiano da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. O tema é examinado em duas seções. Inicia-se procurando estabelecer relações que auxiliem a constituição das tramas que possibilitarão a compreensão das práticas ruralista vivenciadas no cotidiano da

¹Professor do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em Pedagogia e História. Doutor em Educação. E-mail: germanomjr@yahoo.com.br.

² Professora do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em Pedagogia. Doutora em educação. E-mail: beiasabino@terra.com.br.

³ Referimo-nos a investigação “A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: tramas do cotidiano na construção da profissão docente no Ceará”, vinculada à pesquisa integrada *Profissão Professor: políticas e memórias* e que conta com o apoio do CNPq (Edital Universal 19/2004) e da FUNCAP (Edital nº 12/2005).

Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte mediante a descrição do que na época da criação da escola se entendia por ruralismo pedagógico.

1. O Ruralismo Pedagógico e o desafio da formação de docentes para o campo

Um dos personagens que marcam os relatos dos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte é o Sr. Plácido Aderaldo Castelo, na época Juiz Municipal de Juazeiro do Norte. Personagem reconhecido como destaque entre os que são nomeados como fundadores do primeiro estabelecimento educacional para formação de professores no meio rural no Brasil (LOURENÇO FILHO, 2001; SOUSA, 1961; OLIVEIRA, 1984; SOUZA, 1994). Ao escrever o livro no qual relata o surgimento da escola, o Dr. Plácido, como era usualmente chamado (OLIVEIRA, 1984), retrata a contribuição que a escola prestaria na solução de questões referente ao meio rural:

... a progressiva adaptação e fixação do homem ao meio, capacitando-o, por uma instrução adequada, acorde com suas necessidades, em consonância com os imperativos mesológicos, étnicos e sociais do nordeste, a ser um fator positivo na produção e desenvolvimento econômico (CASTELO, 1951, p. 8).

Escola destinada a contribuir com o desenvolvimento do meio rural através da ação educativa do “homem do campo”, este era o entendimento predominante na época sobre o *ruralismo pedagógico*.

A formação de professores que estivessem preparados para atuar não somente com características específicas da vida no campo, mas no trato com a higiene e profilaxia era uma necessidade propalada desde o final do século XIX. A escola de formação no meio rural estava consorciada com os ideais do que se passou a chamar de *ruralização do ensino*, pensamento este propagado na primeira metade do século XX por pensadores sociais, tais como Sílvio Romero, Alberto Torres, o sanitarista Belizário Pena e o educador por Sud Mennucci (LOURENÇO FILHO, 2001). O ensino regular no meio rural surgiu no fim do segundo Império e se consolidou na primeira metade do século XX (TERRIEN e DAMESENO, 1993).

O que ficou conhecido como Movimento Ruralista da década de 1930 estava em consonância com as proposta nacionalistas do período de governo getulista. Os discursos de valorização do desenvolvimento do meio rural estavam impregnados de termos como *vocação histórica*. Havia a intencionalidade de empreender uma política de valorização do crescimento e do desenvolvimento das práticas econômicas no meio rural, associadas à necessidade de diminuição do fluxo migratório que começava a causar problemas nos meios urbanos.

Quando estudamos as práticas ruralistas no Estado do Ceará, devemos considerar que as ações de fixação e desenvolvimento do homem no campo estão associadas ao movimento migratório ocasionado pelo que se costuma denominar de “polígono da seca”. O semi-árido está caracterizado por períodos de estiagem que ocasionam, entre outras coisas, o deslocamento de populações para o meio urbano, causando conflitos sociais que marcaram, e ainda estão presentes, no cotidiano da história dos cearenses. A seca tornou-se um fator importante de integração política e passa a incorporar ainda hoje a imagem que se tem do Ceará (NEVES, 2004).

Durante os períodos de seca, a região do Cariri tornou-se um refúgio por se tratar de um espaço que sofria, com menos intensidade, os efeitos das estiagens, mas passava a ser palco de conflitos sociais, devido ao acúmulo de flagelados que procuravam refúgio e condições mínimas de sobrevivência. As práticas ruralistas no Ceará estavam associadas ao trato com seca, fome, doenças, crimes, morte e estratégias de sobrevivência.

No período de 1930 as ações estatais se voltavam para a “solução hidráulica” e a “fixação do homem no campo”. Com a construção de obras que armazenassem água e mão-de-obra dos flagelados, o poder público enfrentava as conseqüências da seca buscando instituir os modelos de higienização, disciplina e urbanidade, tidos como modelos de civilização. No ano de 1933 os “campos de concentração” – estratégia que havia sido utilizada anteriormente no “combate a seca” – foram novamente organizados na cidade do Crato, que atraía não somente trabalhadores de todo o Sul do Estado, como também de Estados vizinhos – chegaram a ter quase “60000 habitantes” (NEVES, 2004, p. 91). Consorciado a todos estes episódios, não podemos deixar de mencionar as práticas religiosas que marcaram as relações de poder e resistência da população em busca constante de salvação física e espiritual.

Figurando no cenário descrito, a Escola Normal Rural de Juazeiro constituiu-se como uma necessidade de formar professores que estivessem preparados para educar os homens do campo, uma verdadeira cruzada ruralista. O termo cruzada remete aos movimentos de libertação e salvação empreendidos pela igreja católica. A escola surgiu da intenção de (...) *habituat o educando a viver, autênticamente, o trabalho discente e a conviver, adquirindo usos sadios, no sentido físico e no intelectual* (SOUSA, 1961, p. 169) conjuntamente com mais um sonho do Padre Cícero Romão Batista⁴: ter uma escola de formação de professores na

⁴ Cícero Romão Batista (1844-1934), conhecido como “padim ciço”, foi um sacerdote católico e político brasileiro. Devido ao seu carisma, desfrutou de grande prestígio e influência sobre a vida social, política e religiosa do Ceará e Região Nordeste do Brasil.

cidade de Juazeiro do Norte. Como relata Amália Xavier (1984), a escola representava uma *redenção*. A iniciativa untava necessidade, sonho e vontade de educar em uma ação verdadeiramente cruzadista e libertadora. É nessa direção que também sinaliza o Dr. Plácido ao justificar a necessidade da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte:

Para modificarmos essa mentalidade, herança da época da escravidão, precisamos de realizar campanhas como a que empreendeu e levou a efeito a A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, afim de que governo e governados despertem e numa cooperação eficiente promovam a transformação do ensino escolar normal, habilitando pioneiros para a nova cruzada de reabilitação do Brasil (CASTELO, 1951, p.6).

O Dr. Plácido descreve a necessidade de criação de uma escola que estivesse associada ao Movimento Ruralista e aos problemas que marcavam a vida cotidiana no Ceará da primeira metade do século XX. Suas palavras relatam uma ação cruzadista que ocorreria com a união de todos os que conviviam com as agruras da vida no campo em um Estado assolado periodicamente pelas conseqüências que as políticas públicas de “combate à seca” geravam. A representação das relações de poder que se estabeleciam entre trabalhadores rurais e donos da terra era descrita como desigual, mas acreditava-se que poderia ser mediada e resolvida pela educação de ambas as partes.

A escola de Juazeiro se constituiu nas tramas cotidianas marcadas pelos conflitos estabelecidos e vinculados à existência dos latifúndios, às políticas públicas de “combate à seca”, às relações de apadrinhamento geradas pelo modelo oligárquico, às práticas religiosas presentes e marcantes na região do Cariri e, também, pela necessidade de formar professores ruralistas. É o que deixa entrever Amália Xavier ao situar o cenário em que se sucedeu a criação desta instituição:

A redenção estava perto: Carneiro de Mendonça na Interventoria do Ceará; Moreira de Sousa, na direção do Ensino; Lourenço Filho na Direção do Instituto de Educação no rio; Anízio Teixeira na Direção do Ensino no Rio; Gustavo Capanema no Ministério de Educação; Leoni Kasefi, coordenando cursos de aperfeiçoamento no Instituto de Educação, no Rio, pondo à disposição do Ceará 10 bolsas de Estudo para professores; Moreira de Sousa, enviando 10 professoras para o Curso de Aperfeiçoamento; Sud Menucci, em São Paulo, estudando as bases dos métodos de ensino pregados por Alberto Torres. Conclusão desse movimento renovador: A Educação que convém ao Brasil é a Educação Rural, pois o Brasil é uma imensa zona rural. A conclusão foi arrojada. Os estudiosos puseram-se em campo, e concluíram: Vamos escolher a Escola para o meio a que destina: Zona Rural –

Escola Rural; isto é, Escola que ensine ao homem do campo a “viver no campo, do campo, pelo campo e para o campo”. Tem que ser diferente; estudemos suas bases e vamos pôr em prática. A escola precisa ensinar a viver. O homem para viver não precisa somente aprender a ler, escrever e contar. A Escola que convém é aquela que dá ao homem os meios para viver em seu ambiente, melhorando-o, desenvolvendo-o, orientando suas condições de vida. Enfim é a Escola de acordo com a região a que deve servir. Esta era a Escola sonhada por Moreira de Sousa para o Ceará, realizada por Plácido Castela no Juazeiro (OLIVEIRA, 1984, p. 17-18).

Através dos discursos proferidos pelos personagens que marcaram os primeiros anos da Escola de Juazeiro, constatamos que as descrições de cunho redentor, heróico e missionário estavam presentes dos documentos que descrevem o cotidiano das práticas ruralistas da escola. Não podemos deixar de considerar que discursos apologéticos são característicos dos que participaram de ações ditas “fundadoras” e que eram vistas como favorecimento às populações menos abastadas.

O discurso de Amália Xavier destaca que a “Escola precisa ensinar a viver”, frase que denota o aspecto “missionário” da escola e de seus fundadores. Será que os trabalhadores rurais não sabiam viver como deveriam? O que podemos considerar como verdadeiramente viver? O viver do discurso de Amália Xavier demonstra uma forma particular de se comportar, de trabalhar, de relacionar-se com o meio e utilizar tecnologias apropriadas para conviver de forma produtiva. Não encontramos no discurso proferido o questionar das condições de ausência das referidas tecnologias ou mesmo de produção e trabalho adequados.

As pessoas reconhecidas na literatura local como sujeitos da constituição das idéias e das ações fundadoras da escola caracterizavam-se como ocupantes de cargos públicos de destaque local e nacional. Estes personagens são geralmente apresentados como “principais”, tendendo-se a obscurecer o papel de tantos outros participantes desta trama que, via de regra, são identificados como beneficiados da ação redentora e heróica. As memórias de Amália Xavier, que trazem a cronologia dos acontecimentos que marcaram o cotidiano da instituição, revelam uma visão heróica e salvacionista bem típica da historiografia positivista (MAGALHÃES JUNIOR, 2001), conforme detalhado na próxima seção.

2. Cotidiano e práticas ruralistas na primeira escola normal rural do Brasil

Mesmo apresentada não somente como necessidade para a melhoria da vida no campo, mas como sendo iniciativa governamental, demonstrando o que aparentemente seria compromisso com um modelo de “desenvolvimento”, a Escola Normal Rural de Juazeiro não

inicia suas atividades subsidiadas integralmente pelo erário público. Surge através da concessão governamental e da iniciativa de uma associação privada criada especificamente para este fim, tendo como articulador/fundador o Juiz Municipal de Juazeiro, o Dr. Plácido Aderaldo Castelo (OLIVEIRA, 1984). Este movimento é assim descrito por Castelo (1951, p. 9):

Em o dia 9 de Dezembro de 1933 na sala das Audiências do Juízo Municipal, reuniu-se o Conselho Escolar, sob nossa presidência. Explicamos a finalidade da sessão: constituir uma sociedade de finalidades educacionais e encampar a Escola Normal Rural, conforme o esboço do decreto já publicado. Todos os presentes concordaram com a idéia. Na sessão seguinte, 13 do mesmo mês, eram lidos, discutidos e aprovados os Estatutos e subscrita as cotas necessárias para a constituição do Capital: trinta contos de reis, hoje mil cruzeiros. Registrados os Estatutos e observadas as formalidades legais, ficou sendo denominada a nova sociedade – Instituto Educacional, estabelecendo o artigo 10, VIII, que a diretoria ficava autorizada – “a assinar contratos com o governo por intermédio do diretor para tal designado, no sentido de ser encampada pela sociedade, a Escola Normal Rural, do Estado, nos moldes do esboço do decreto publicado na imprensa com as alterações julgadas necessárias pelos contratantes”. Tal designação recaiu na pessoa da professora Amália Xavier de Oliveira, que se achava comissionada pelo governo, e tesoureira do Instituto. Os esforços no sentido da constituição da sociedade foram apreciáveis.

Este caráter jurídico híbrido da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte foi justificado com o argumento de que o Governo do Ceará não tinha como arcar com as despesas da escola, sendo acordado que a instituição funcionaria através dessa parceria, como é possível depreender do relato de Oliveira (1984, p. 23):

O diário Oficial do Estado publicou o Decreto cujos considerandos foram aceitos pelo Instituto Educacional de Juazeiro. A manutenção da Escola seria feita pelo Instituto em convênio com o Estado, a quem competia o pagamento das cadeiras fundamentais e mais o fornecimento de todo material agrário necessário à prática agrícola dos alunos.

Sendo a Escola constituída, suas atividades iniciaram-se no dia 13 de março de 1934 com o Exame de Admissão, aplicado em um salão do Orfanato Jesus, Maria e José, cedido pelas Irmãs de Santa Tereza. As aulas aconteceram inicialmente no referido local até a conclusão das obras do prédio definitivo.

Sobre as condições iniciais de funcionamento, o parecer do então inspetor regional, Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, emitido em 26 de fevereiro de 1934, é bastante esclarecedor. A citação, embora longa, é pertinente:

Examinada em obediência ao despacho supra do Exmo. Sr. Diretor da Instrução o prédio destinado à instalação da Escola Normal Rural de Juazeiro, verifiquei o seguinte: 1º - a escola vai ser instalada, provisoriamente, em prédio locado e para este fim especificamente adaptado; 2º - o instituto educacional fez a aquisição de uma casa e terreno que vão ser definitivamente adaptados para o funcionamento da Escola, satisfazendo assim as exigências do § 3º do art. 4º do dec. 1.218, de 10 de janeiro de 1934. Já foi requerido ao Governo isenção de impostos de transmissão de propriedade; 3º - A casa em que se vai instalar a Escola se presta perfeitamente bem aos fins colimados. Tem cinco boas salas de aula, uma sala para diretoria e secretaria e duas áreas para recreio de alunos. As aulas providas de 100 carteiras individuais, 6 quadros negros, 9 cartas geográficas, um globo, doze quadros de fauna brasileira, coleção de quadros de História Pátria, uma dita de ensino intuitivo, uma outra de atrás de História Natural, um mapa de iniciação geográfica, uma coleção completa de livros da biblioteca pedagógica de Lourenço Filho e outra dita de Fernando de Azevedo, um contador mecânico, um contador Brasil, uma coleção de sólidos geométricos, quadro do sistema métrico decimal, mapas de Parker, uma coleção Panteon Nacional, duas estantes, três secretarias, uma mesa grande para biblioteca, 20 cadeiras, 6 mesas para aulas, uma mobília, cinco bancos para recreio, coleção completa de material para expediente, tendo ainda o Instituto entrado em negociação para adquirir uma chocadeira e uma criadeira e material necessários para o gabinete de ciências físicas e naturais. Como se vê o prédio satisfaz perfeitamente às exigências da instalação. Se é certo não ter o terreno anexo, também é certo que se não precisa dele no corrente ano, em que funcionarão apenas os cursos complementares. E demais, caso necessidade houvesse, a distância para o terreno que está anexo ao prédio definitivo é apenas de uns 400 metros. O prédio onde será definitivamente instalada a Escola se acha em uma área de 4.416 metros quadrados, medindo aludido prédio 19m.70 de frente por 21m. de fundo. Junto a ele serão construídos dois pavilhões e um galpão ao ar livre para o jardim de infância. Está sendo elaborada pelo engenheiro Vicente Ferrer de Oliveira a planta dessa construção. Contígua a essa área existe um terreno de acordo com o parágrafo 3º do art. 4º do referido decreto (cinco hectares) (CASTELO, 1951, p. 13).

A descrição minuciosa dos objetos e espaços físicos da Escola nos ajuda a melhor compreender as práticas ruralistas cotidianas. Não encontramos no parecer do Padre Rodolfo Ferreira, com exceção da intenção de adquirir a chocadeira e a criadeira, instrumentos

particularmente destinados a servirem para os estudos das práticas ruralistas. Contudo, vale destacar que quando a Escola iniciasse suas atividades havia a previsão de que os instrumentos pedagógicos seriam disponibilizados pelo poder público. Os instrumentos didáticos relacionados para serem utilizados como recursos durante as aulas se caracterizavam por fazerem parte do cotidiano das escolas que adotavam o Ensino Intuitivo⁵ como modelo pedagógico.

A admissão nos três anos de estudos pedagógicos era antecedida de dois anos em um curso intermediário, com currículo comportando um total de 2.420 horas distribuídas em horas semanas com as seguintes disciplinas:

Curso Básico – Primeiro ano: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, francês, Atividades Rurais com três aulas semanais cada, Música e Religião com uma aula semanal cada. Segundo ano: Português, Aritmética, Botânica, Atividades Rurais, Francês, Pré-Orientação com 3 aulas semanais cada, Trabalhos Manuais, Música e Educação Física com 2 aulas semanais cada e Religião com uma aula semanal.

Curso Normal Rural – Primeiro Ano: Português, Matemática com 3 aulas semanas cada, Geografia, História do Brasil, Atividades Rurais, Desenho, Música e Educação Física com 2 aulas semanais cada, Religião com uma aula semanal. Segundo Ano: Português, Matemática, História Geral, Antropogeografia, Atividades Rurais, História Natural, Psicologia com 3 aulas semanais cada, Desenho, Música e Educação Física com 2 aulas semanais cada, Religião com uma aula semanal. Terceiro Ano: Educação Sanitária, Educação Econômica, Psicologia Educacional, Agricultura, Atividades Rurais, Desenho e Educação Física com 3 aulas semanais cada, Música com 2 aulas semanais cada e Religião com uma aula semanal (SOUSA, 1994, p. 34-35).

Podemos constatar que, mesmo sendo uma espécie de curso preparatório para a formação de professores, os anos iniciais de estudos complementares possuíam o exercício de práticas agrícolas. Merece destaque o estudo do Francês nos dois anos do curso complementar, sendo que o estudo da língua materna somente constaria no segundo ano de curso.

As práticas educativas da escola estavam organizadas para acontecer nos turnos manhã e tarde, sendo que no segundo turno do dia eram realizadas ações nomeadas de práticas, isto é, para cada aula teórica no período da manhã eram vivenciadas aulas de *prática no campo ou atividades nas chamadas pequenas indústrias, artes e educação doméstica com*

⁵Ensino baseado na intuição, especialmente na intuição visual. Notas: 1. O surgimento do Ensino intuitivo representou um avanço para a Pedagogia, que tradicionalmente só dava ênfase ao sentido da audição. 2. Colaboram para a valorização dos métodos intuitivos Comenius, com a obra *Orbis sensualium pictus*, o avanço das ciências naturais e as teorias de Pestalozzi e Herbart. (cf. Duarte, S.G. DBE, 1986)

cursos de Desenho, Corte e Costura e Arte Culinária (SOUZA, 1994, p. 35). Os alunos deveriam, ao final do curso, apresentar trabalho concernente às atividades ditas práticas. As referidas atividades eram fundamentadas nos relatórios realizados nas atividades pelas quais os alunos ficavam responsáveis no local que nomeavam de “fazenda”.

Através das pesquisas realizadas no jornal “O Lavrador”, publicado pela escola no período de 1934 a 1974, encontramos descrições de atividades que se caracterizavam por realizar ações fora do ambiente físico da escola, em locais com características do meio rural. Devemos destacar como atividades reconhecidas e descritas nos documentos como “atividades de prática ruralista” a criação e as ações realizadas no Clube Agrícola Alberto Torres, as pesquisas e atividades que subsidiavam a escrita do jornal “O Lavrador”, o Pelotão de Saúde Dr. Manuel Belém de Figueiredo e o Grupo Rural Modelo (Souza, 1994).

Os elementos apresentados até aqui mostram uma escola de formação de professores ruralistas que se constituiu como espaço de exercício de práticas no meio rural; uma instituição reconhecida como precursora, inovadora e redentora; um espaço de vivências em que desejos, sonhos, conflitos e tudo o mais que é humano estava presente nas tentativas de formar, reformar e disciplinar, ações marcadas por valores de uma época que representa na história da educação o período de consolidação de políticas e práticas de formação de professores no Brasil. Este tempo merece ser constantemente interpretado para auxiliar a compreender um país em constante desafio de educar.

3. Bibliografia

CASTELO, Plácido Aderaldo. **O Ensino Rural no Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de Professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Brasília-DF: INEP/MEC, 2001.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; VASCONCELOS, José Gerardo (Org.). **Memórias no Plural**. Fortaleza: LCR, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In. **Uma nova história do Ceará**. GONÇALVES, Adelaide; SOUZA, Simone (org.). 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e desporto, 1984.

SOUZA, Joaquim Moreira de. **Estudo Sôbre o Ceará**. MEC/INEP/CILEME, (s/d)

_____ **Sistema Educacional Cearense**. Recife: MEC/INEP, 1961.

SOUZA, José Boaventura de. **Escola Normal Rural de Juazeiro**: uma experiência Pioneira. Juazeiro do Norte: IPESC, 1994, (Série Monografia, nº 3).

TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.) **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993.